



ACÓRDÃO Nº1966/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº12481/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal - SEMACC

4- Exercício: 2019

5- Responsável: Fabio Henrique dos Santos Albuquerque (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMM

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6705/2022-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal - SEMACC. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Revelia. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (SEMACC), sob a responsabilidade do **Sr. Fabio Henrique dos Santos Albuquerque**, exercício 2019, nos termos do art. 22, III c/c art. 25 da Lei 2423/96, devido às restrições da Notificação nº 071/2020-DICAMM (fls. 605/615) enviada ao **Sr. Fábio Henrique dos Santos Albuquerque**, ex-Secretário Municipal, com Aviso de Recebimento positivo às fls. 666, cuja resposta se anexou às fls. 616/665 pelo Sr. Renato Frota Magalhães, em virtude dos achados não sanados:

ACHADO 1

Por afronta aos artigos 36, 37, 58 a 62 todos da Lei nº 4320/64, visto que em relação ao exercício de 2019 a SEMACC não



ACÓRDÃO Nº1966/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

possuía cobertura financeira para quitação de suas obrigações financeiras, e portanto, não atendeu ao Princípio do Equilíbrio das Contas Públicas, expresso no §1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000;

ACHADO 3

Por descumprimento aos art. 5, da Lei nº 8666/1993 e artigos 62, 64 e 65 da Lei nº 4320/64, pois, em análise dos pagamentos realizados, verificou-se o pagamento de Restos a pagar de Exercícios anteriores do exercício de 2018, em desobediência à ordem cronológica dos pagamentos das exigibilidades, visto que há Restos a Pagar dos exercícios de 2011, 2012 e 2014, uma vez que o artigo 5º da Lei nº 8666/93, determina que sejam observados a ordem cronológica dos pagamentos das exigibilidades;

ACHADO 4

Por desobediência ao art. 8º, §1º, IV da Lei nº 12527/11, haja vista omissão das licitações 036/2018 e 012/2019 registradas no site Portal da Transparência em comparação ao Portal E-contas;

ACHADO 5

Por transgressão ao art. 8º, §1º, IV da Lei nº 12527/11, já que os contratos registrados no site Portal da Transparência divergem das informações anexas ao Portal E-contas;

ACHADO 7

Por desobediência ao o art. 5º de Decreto Municipal nº 230/2009, de 07 de julho de 2009, dada ausência de sistema de controle eletrônico de ponto biométrico na Secretaria;

ACHADO 8

Por inexistir providências que demonstrem a instauração de procedimento administrativo (ação regressiva) na apuração de responsabilidade contra os condutores dos veículos, quanto às multas de trânsito aplicadas pelo órgão fiscalizador e o efetivo ressarcimento ao erário ou comprovação de pagamento da multa por parte do condutor do veículo o S-10 placa PHW-7J36;

ACHADO 09



ACÓRDÃO Nº1966/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Por ausência de apresentação de seguro contra incêndio, exigido no Termo de Contrato nº 023/2014 que originou o 5º Termo Aditivo celebrado com o Sr. José Herculano Bandeira de Melo, tendo como objeto a locação de imóvel localizado na Av. Joaquim Nabuco nº 659 - Centro, consta na Cláusula Quinta – Parágrafo único que o pagamento do IPTU;

ACHADO 10

Por ausência de apresentação de seguro contra incêndio, exigido no Termo de Contrato nº 002/2013 que originou o 5º Termo Aditivo celebrado com a empresa Braga Participações Ltda, tendo como objeto a locação de imóvel localizado na Av. Lobo D'Almada nº 229 - Centro, consta na Cláusula Quarta – Parágrafo único que o pagamento do IPTU;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Fabio Henrique dos Santos Albuquerque no valor de **R\$ 17.191,01 (dezessete mil, cento e noventa e um reais e um centavo)** e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; devido às seguintes infrações:

ACHADO 1

Por afronta aos artigos 36, 37, 58 a 62 todos da Lei nº 4320/64, visto que em relação ao exercício de 2019 a SEMACC não



ACÓRDÃO Nº1966/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

possuía cobertura financeira para quitação de suas obrigações financeiras, e portanto, não atendeu ao Princípio do Equilíbrio das Contas Públicas, expresso no §1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000;

ACHADO 3

Por descumprimento aos art. 5, da Lei nº 8666/1993 e artigos 62, 64 e 65 da Lei nº 4320/64, pois, em análise dos pagamentos realizados, verificou-se o pagamento de Restos a pagar de Exercícios anteriores do exercício de 2018, em desobediência à ordem cronológica dos pagamentos das exigibilidades, visto que há Restos a Pagar dos exercícios de 2011, 2012 e 2014, uma vez que o artigo 5º da Lei nº 8666/93, determina que sejam observados a ordem cronológica dos pagamentos das exigibilidades;

ACHADO 4

Por desobediência ao art. 8º, §1º, IV da Lei nº 12527/11, haja vista omissão das licitações 036/2018 e 012/2019 registradas no site Portal da Transparência em comparação ao Portal E-contas;

ACHADO 5

Por transgressão ao art. 8º, §1º, IV da Lei nº 12527/11, já que os contratos registrados no site Portal da Transparência divergem das informações anexas ao Portal E-contas;

ACHADO 7

Por desobediência ao o art. 5º de Decreto Municipal nº 230/2009, de 07 de julho de 2009, dada ausência de sistema de controle eletrônico de ponto biométrico na Secretaria;

ACHADO 8

Por inexistir providências que demonstrem a instauração de procedimento administrativo (ação regressiva) na apuração de responsabilidade contra os condutores dos veículos, quanto às multas de trânsito aplicadas pelo órgão fiscalizador e o efetivo ressarcimento ao erário ou comprovação de pagamento da multa por parte do condutor do veículo o S-10 placa PHW-7J36;

ACHADO 09

Por ausência de apresentação de seguro contra incêndio,



ACÓRDÃO Nº1966/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

exigido no Termo de Contrato nº 023/2014 que originou o 5º Termo Aditivo celebrado com o Sr. José Herculano Bandeira de Melo, tendo como objeto a locação de imóvel localizado na Av. Joaquim Nabuco nº 659 - Centro, consta na Cláusula Quinta – Parágrafo único que o pagamento do IPTU;

ACHADO 10

Por ausência de apresentação de seguro contra incêndio, exigido no Termo de Contrato nº 002/2013 que originou o 5º Termo Aditivo celebrado com a empresa Braga Participações Ltda, tendo como objeto a locação de imóvel localizado na Av. Lobo D'Almada nº 229 - Centro, consta na Cláusula Quarta – Parágrafo único que o pagamento do IPTU;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Renato Frota Magalhães no valor de R\$ 14.654,39 (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; devido às seguintes infrações:

ACHADO 1

Por afronta aos artigos 36, 37, 58 a 62 todos da Lei nº 4320/64, visto que em relação ao exercício de 2019 a SEMACC não possuía cobertura financeira para quitação de suas obrigações financeiras, e, portanto, não atendeu ao Princípio do Equilíbrio



ACÓRDÃO Nº1966/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

das Contas Públicas, expresso no §1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000;

ACHADO 3

Por descumprimento aos art. 5, da Lei nº 8666/1993 e artigos 62, 64 e 65 da Lei nº 4320/64, pois, em análise dos pagamentos realizados, verificou-se o pagamento de Restos a pagar de Exercícios anteriores do exercício de 2018, em desobediência à ordem cronológica dos pagamentos das exigibilidades, visto que há Restos a Pagar dos exercícios de 2011, 2012 e 2014, uma vez que o artigo 5º da Lei nº 8666/93, determina que sejam observados a ordem cronológica dos pagamentos das exigibilidades;

ACHADO 4

Por desobediência ao art. 8º, §1º, IV da Lei nº 12527/11, haja vista omissão das licitações 036/2018 e 012/2019 registradas no site Portal da Transparência em comparação ao Portal E-contas;

ACHADO 5

Por transgressão ao art. 8º, §1º, IV da Lei nº 12527/11, já que os contratos registrados no site Portal da Transparência divergem das informações anexas ao Portal E-contas;

ACHADO 7

Por desobediência ao o art. 5º de Decreto Municipal nº 230/2009, de 07 de julho de 2009, dada ausência de sistema de controle eletrônico de ponto biométrico na Secretaria;

ACHADO 8

Por inexistir providências que demonstrem a instauração de procedimento administrativo (ação regressiva) na apuração de responsabilidade contra os condutores dos veículos, quanto às multas de trânsito aplicadas pelo órgão fiscalizador e o efetivo ressarcimento ao erário ou comprovação de pagamento da multa por parte do condutor do veículo o S-10 placa PHW-7J36;

ACHADO 09

Por ausência de apresentação de seguro contra incêndio, exigido no Termo de Contrato nº 023/2014 que originou o 5º Termo Aditivo celebrado com o Sr. José Herculano Bandeira de Melo, tendo como objeto a locação de imóvel localizado na Av. Joaquim Nabuco nº 659 - Centro, consta na Cláusula Quinta – Parágrafo único que o pagamento do IPTU;

ACHADO 10

Por ausência de apresentação de seguro contra incêndio,



ACÓRDÃO Nº1966/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

exigido no Termo de Contrato nº 002/2013 que originou o 5º Termo Aditivo celebrado com a empresa Braga Participações Ltda, tendo como objeto a locação de imóvel localizado na Av. Lobo D'Almada nº 229 - Centro, consta na Cláusula Quarta – Parágrafo único que o pagamento do IPTU;

10.4. Considerar revel o Sr. Fabio Henrique dos Santos Albuquerque, na forma do art. 88, da Resolução nº 04/2002, por ausência de resposta ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

10.5. Determinar à atual gestão da SEMACC que: a) inclua notas explicativas no Balanço Financeiro quanto à disponibilidade financeira, conforme 36, 37, 58 a 62 todos da Lei nº 4320/64; b) observe o prazo concernente ao recolhimento previdenciário, sob pena de multa por reincidência, devido à transgressão ao art. 4º c/c art. 12 da Lei nº 4320/64 e art. 1º, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000 e c) instale sistema de controle eletrônico de ponto biométrico, conforme determina o art. 5º de Decreto Municipal nº 230/2009, de 07 de julho de 2009.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Novembro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral